

**AGRICULTURA URBANA: CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS, ODS
12/AGENDA 2030**

**URBAN AGRICULTURE: RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION, SDG
12/2030 AGENDA**

**AGRICULTURA URBANA: CONSUMO Y PRODUCCIÓN RESPONSABLES, AGENDA
ODS 12/2030**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-167>

Data de submissão: 14/09/2025

Data de publicação: 14/10/2025

Maria de Nazareth Oliveira Maciel

Doutora em Gestão e Conservação de Recursos Ambientais
Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
E-mail: nazarethmaciel@ufra.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5289-1680>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9844203205924389>

Luann Yago Oliveira Maciel

Bacharel em Administração
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: luannmaciel@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9209-9903>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8359216140923478>

RESUMO

Este trabalho é fruto da primeira etapa de pesquisa para elaboração de tese, e teve um papel importante ao ajudar a entender as diferentes maneiras de estudar e compreender a agricultura urbana dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 e das ações da ONU no cenário mundial. A importância teórica e a relevância prática foram confirmadas a partir das pesquisas de campo, entrevistas e observação participante. A atividade da agricultura urbana é realizada em espaços gerenciados pela comunidade cujos esforços de cultivo geram variedade de alimentos e/ou flores, agregando áreas verdes às cidades. O objetivo da pesquisa foi verificar, por meio da síntese de evidências, se a agricultura urbana é uma atividade que se enquadra ao ODS 12, da Agenda 2030, de consumo e produção responsáveis, capaz de gerar benefícios sociais aos produtores. O método utilizado foi a pesquisa de revisão, do tipo descritiva. Foram analisados artigos publicados de 2019 a 2022, baixados da plataforma CAFé, no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nas bases Scielo, Scopus e Web of Science. Os resultados mostraram que a agricultura urbana se enquadra ao ODS 12, da Agenda 2030, de consumo e produção responsáveis, gerando dez principais benefícios sociais: melhoria na qualidade de vida; relações coletivas dentro dos ambientes de realização dos projetos; inclusão e empreendedorismo social; estímulo à cidadania; segurança alimentar e nutricional; promoção da saúde mental e física; harmonia com a natureza; consciência sobre desenvolvimento sustentável; promoção do conhecimento tradicional e, função educacional.

Palavras-chave: Bem-estar. Consumidores. Política Agrícola. Cidades Sustentáveis. Região Norte.

ABSTRACT

This work, which is the result of the first stage of research for the thesis, played an important role in helping to understand the different ways of studying and understanding urban agriculture within the Sustainable Development Goals, the 2030 Agenda, and UN actions on the global stage. The theoretical importance and practical relevance were confirmed through field research, interviews, and participant observation. Urban agriculture is carried out in community-managed spaces, whose cultivation efforts generate a variety of foods and/or flowers, adding green spaces to cities. The objective of the research was to verify, through evidence synthesis, whether urban agriculture is an activity that aligns with SDG 12 of the 2030 Agenda for responsible consumption and production, capable of generating social benefits for producers. The method used was a descriptive review. Articles published from 2019 to 2022, downloaded from the CAFE platform, on the journal portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the Scielo, Scopus, and Web of Science databases, were analyzed. The results showed that urban agriculture aligns with SDG 12 of the 2030 Agenda for responsible consumption and production, generating ten main social benefits: improved quality of life; collective relationships within project environments; inclusion and social entrepreneurship; fostering citizenship; food and nutritional security; promoting mental and physical health; harmony with nature; awareness of sustainable development; promotion of traditional knowledge; and educational function.

Keywords: Well-being. Consumers. Agricultural Policy. Sustainable Cities. Northern Region.

RESUMEN

Este trabajo, resultado de la primera etapa de investigación de la tesis, fue fundamental para comprender las diferentes maneras de estudiar y comprender la agricultura urbana en el marco de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la Agenda 2030 y las acciones de la ONU a nivel global. La importancia teórica y la relevancia práctica se confirmaron mediante investigación de campo, entrevistas y observación participante. La agricultura urbana se lleva a cabo en espacios gestionados por la comunidad, cuyos cultivos generan una variedad de alimentos y/o flores, lo que aporta espacios verdes a las ciudades. El objetivo de la investigación fue verificar, mediante la síntesis de evidencia, si la agricultura urbana es una actividad alineada con el ODS 12 de la Agenda 2030 para el consumo y la producción responsables, capaz de generar beneficios sociales para los productores. El método utilizado fue una revisión descriptiva. Se analizaron artículos publicados entre 2019 y 2022, descargados de la plataforma CAFE, del portal de revistas de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES), en las bases de datos Scielo, Scopus y Web of Science. Los resultados mostraron que la agricultura urbana se alinea con el ODS 12 de la Agenda 2030 para el consumo y la producción responsables, generando diez beneficios sociales principales: mejora de la calidad de vida; relaciones colectivas en entornos de proyectos; inclusión y emprendimiento social; fomento de la ciudadanía; seguridad alimentaria y nutricional; promoción de la salud mental y física; armonía con la naturaleza; concienciación sobre el desarrollo sostenible; promoción de los conocimientos tradicionales; y función educativa.

Palabras clave: Bienestar. Consumidores. Política Agrícola. Ciudades Sostenibles. Región Norte.

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), a Agenda 2030 trouxe 17 Objetivos e 169 metas, integrados e indivisíveis evidenciando a escala e a ambição no estímulo de ações sustentáveis para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (ONU, 2015) entre elas encontra-se a agricultura.

Por conseguinte, no contexto das cidades, a Agricultura, enquanto atividade econômica, tem papel e nível de relevância na Agenda, por ser uma atividade capaz de colaborar no equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Agricultura Urbana (AU) pode ser praticada em pequenos espaços vazios do tecido urbano ou em ambientes abrangentes na orla das cidades, formando cinturões verdes. Apesar da segregação dos espaços cultivados, em periurbana, quando acontece na periferia, e, de urbana, quando ocorre nos espaços interiores não construídos, generalizou-se a expressão urbana a ambos os locais (MADALENO, 2002).

Nesta pesquisa de revisão foram analisados relatórios divulgados entre os anos de 2019 e 2022 que narraram histórias e experiências do cultivo nas cidades. Abordagem de importância teórica por detectar diversos trabalhos dedicados ao tema, tais como: Plaza Gutierrez et al. (2019); Silva, Almada e Oliveira (2019); Barata, Albuquerque e Simão (2019); Calvet-Mir e March (2019); Sovová e Krylová (2019); Yap (2019); Rusciano, Civero e Scarpato (2019) e Sánchez (2019).

Uma literatura de relevância experimental, em razão de que a maioria dos trabalhos realizaram pesquisas de campo, entrevistas e observações participante (Kyoung Hong et al., 2020; Tharrey et al., 2020; Górná; Górný, 2020; Houessou; Louw Sonneveld, 2020; Vargas; Rivas; Herrera, 2020; Aguiar Pedro et al., 2020; Cattivelli, 2020; Home; Del Rio, 2020; Philpott et al., 2020; Cunha et al, 2020; Abdullah; Asif; Sanusi, 2020; Russo; Cirella, 2020; Young et al., 2020; Park Jiwon; Miae Jeong, 2020).

Aliás, segundo Lovo (2016), a real contribuição da agricultura urbana (AU) é invisível ou invisibilizada pela sociedade contemporânea, e, esse fato obriga os pesquisadores e cientistas a exercerem seu papel de despertamento de uma consciência crítica sobre tais práticas. Logo, é necessário que a AU seja tema central nas conferências da agenda pública, em diálogo com agências de desenvolvimento, que devem ser apoiadas pelas universidades e pela sociedade civil organizada para melhor vivenciar suas contribuições e desafios (LOVO, 2016).

O tema consumo e da produção responsáveis, relacionado ao ODS 12 e à Agenda 2030, foi analisado considerando os benefícios sociais. Essa recompensa foi tratada como variável teórica, testada a partir de dez variáveis operacionais, que representam valores ou vantagens que os agricultores obtêm ao se dedicarem às práticas sustentáveis nas cidades.

Para selecionar uma variável operacional, se faz necessário identificar um ou mais benefícios ao agricultor, capazes de gerar valores sociais (YAP, 2019) que assegurem padrões de produção e consumo responsáveis, criando estilos de vida sustentáveis (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020).

Os resultados aqui apresentados apontam um caminho de análise ao poder público quando de sua decisão de criar políticas públicas que incentivem a evolução da atividade no espaço urbano, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos na Agenda 2030/ONU.

O objetivo desta investigação foi verificar, por meio da síntese de evidências, se a agricultura urbana é uma atividade que se enquadra ao ODS 12, da Agenda 2030, de consumo e produção responsáveis, capaz de gerar benefícios sociais aos produtores.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 AGRICULTURA URBANA E ODS 12

Os espaços urbanos são utilizados para cultivo nas pequenas cidades e nas grandes regiões metropolitanas, como alternativa para complementar a alimentação das famílias, que podem realizar pequenas trocas e/ou vendas, auxiliando na diversificação de nutrientes. Mas, essas realidades ainda são invisíveis ou são invisibilizadas na sociedade contemporânea, sendo obrigação dos pesquisadores e cientistas despertarem a consciência crítica sobre tais práticas (LOVO, 2016).

A autora explica que essa invisibilização ocorre pela ausência do poder público, que é insuficiente em ações e políticas, cujos cenários, circunstâncias e/ou realidades, exigem maiores esforços público, porque a administração pública é mais organicamente capacitada para criar diferentes estratégias de fomento que viabilizem um plano de ação com metas e objetivos de pequeno, médio e longo prazos.

O que significa dizer, que a transformação das práticas urbanas em estratégias de longo alcance, para facilitar acesso aos alimentos e contribuir, substancialmente, para melhoria das condições urbanísticas das cidades, exige participação das três esferas de governo, municipal, estadual e federal.

Sabe-se que as práticas de manejo do solo e criação de animais já são incorporadas à definição de agricultura urbana tanto no meio urbano quanto nos eixos acadêmico e institucional. Essa é a exata motivação para ganhar status de autor principal, para ser tema central nas conferências da agenda pública, em interação com agências de desenvolvimento, unindo forças com universidades e sociedade civil organizada para conhecer as contribuições, necessidades e desafios (LOVO, 2016).

A cada experiência se diversificam as formas e as funções da agricultura urbana, de acordo com as características típicas do ambiente, pois existem condicionantes físicas, sociais e econômicas que determinam seu tipo e a amplitude. Os diversos territórios produzem e geram funções meritórias,

subordinadas ao clima, temperatura, acessibilidade e topografia, disponibilidade hídrica e mão-de-obra, além de solo livre de contaminantes (YOUNG et al, 2020).

Em consequência, é meritório o esforço para formação de redes de troca de experiências capazes de propagar iniciativas de fomento e despertar para práticas sustentáveis da agroecologia e suas consequências nos grandes centros urbanos. A pressão constante da urbanização molda as práticas, conforme necessidades e disponibilidades (RUSSO; CIRELLA, 2020; YOUNG et al, 2020).

Nas diversas áreas de cultivo urbano se encontram desde pequenas hortas domésticas nos quintais, reutilizando materiais, que são muitas vezes compartilhadas (RUSSO; CIRELLA, 2020), dividindo-se tarefas e resultados, até fazendas com extensos hectares focadas na produção agroecológica, de cunho familiar, sem uso de pesticidas ou defensivos químicos, com base nos conhecimentos tradicionais que usam sementes crioulas, culturas orgânicas e criam animais de pequeno porte (PINHEIRO, 2022).

Existem inúmeras parcerias que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN), tanto no Brasil quanto globalmente. O combate à insegurança alimentar é uma questão complexa e multifacetada, que exige cooperação de diversos setores, gerando trabalho, emprego e renda, nas atividades de produção agrícola e pecuária, de insumos, de transformação, comercialização, autoconsumo, trocas, doações e prestação de serviços (JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ- AGUILAR, 2021), dentre elas as que mais se destacam são feitas com outros setores da cadeia produtiva de alimentação e de serviços, como, restaurantes, escolas, estabelecimentos comerciais e o próprio consumidor individual (GONZÁLEZ-BALL, 2022), e, as plataformas digitais permitem uma aproximação das pontas do processo (PINHEIRO, 2022).

Levando isso em conta, existe diversidade e multiplicidade de cenários de inserção da prática, entre indivíduos e organizações formais ou informais, nas mais diversas condições sociais, bastando para isso disposição individual e/ou coletiva. Ademais, características especiais fazem com que prática seja desenvolvida por mulheres, desempregados, migrantes, pessoas com deficiência, privados de liberdade, crianças, idosos, jovens em situações específicas de acolhimento, comunidades tradicionais, casas religiosas (SANTANDREU e LOVO, 2007; GONZÁLEZ-BALL, 2022).

Pelo fato da produção ser desenvolvida em espaços privados e públicos de todas as esferas administrativas, institucionais, edificáveis, unidades de conservação, áreas de tratamento ou espaços verdes urbanos, são diversas as iniciativas disponíveis para os interessados políticos e civis endossarem estratégias de combate às mazelas urbanas (MADALENO, 2002), retomando a cidadania, educação ambiental, lazer, práticas de higiene e saúde, suporte financeiro aos produtores e familiares, apoiando a disseminação crescente nos centros urbanos (PHILPOTT et al, 2020).

Sob outra perspectiva, a Agenda 2030 é um plano de ação dos chefes de Estado, de Governo e dos altos representantes, que se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015, por ocasião do septuagésimo aniversário da ONU, e, decidiram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais (ODS).

Os 17 objetivos com suas 169 metas estimulam ação em extensões de importância crucial para a humanidade e para o globo terrestre, a partir das pessoas, do planeta, da prosperidade, da paz e da parceria (ONU, 2015), complementando os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para alcançar a sustentabilidade em crescimento social, ambiental e econômico (SACHS, 2015).

O uso da terra, particularmente os sistemas alimentares, tem sido mencionado como ponto de convergência para as metas dos ODS (REDE AGROFORESTAL, 2018; VAN NOORDWIJK et al., 2018). As nações presentes, no momento do pacto global, relataram que o progresso anual das metas somente é possível com estratégias de parceria entre governos e a sociedade civil.

Os ODS reafirmaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos e ao direito internacional. Em conformidade com a ONU (2015), os Estados têm a responsabilidade de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, independente da origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou quaisquer outras condições.

O sentido norteador é para que todas as pessoas desfrutem de um padrão básico de vida, inclusive por meio de sistemas de proteção social capazes de auxiliar no extermínio da fome do planeta e alcançar a segurança alimentar, abolindo com todas as formas de desnutrição (ONU, 2015).

Nesse aspecto, foram ratificados o papel e a natureza abrangente do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, numa proposta de dedicar recursos para o desenvolvimento das zonas rurais, da agricultura sustentável e da pesca, apoiando os agricultores familiares, especialmente mulheres agricultoras, criadores de animais e pescadores nos países em desenvolvimento, particularmente nos Estados menos desenvolvidos.

Suplementarmente o objetivo 12, de Consumo e produção responsáveis, visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O compromisso da Agenda é fazer mudanças fundamentais na maneira como as sociedades produzem e consomem bens e serviços. Para isso, governos, organizações internacionais, setor empresarial, outros atores não estatais e os indivíduos devem contribuir para mitigação do consumo e produção não sustentáveis, inclusive, mobilizando fontes de assistência financeira e técnicas para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação

dos países em desenvolvimento, rumo à padrões mais sustentáveis tanto de consumo como de produção.

A Agenda encoraja a implementação do Quadro de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis, previsto para 10 anos, o que significa que até 2025 deverão ser tomadas medidas para capacitar as nações que ainda estão em desenvolvimento, sob a liderança dos países desenvolvidos (ONU, 2015).

Ao tratar de consumo e produção sustentáveis deve-se observar que a informação e a conscientização criam estilos de vida mais harmônicos com a natureza. Os impactos ambientais demandam a compreensão de todos os setores da atividade e da sociedade em geral, provedoras dos recursos para manutenção do ciclo produtivo (CUNHA et al. 2020) e da sobrevivência das espécies e do planeta.

Para os autores, luzes deverão ser lançadas para diversos aspectos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico, assegurando padrões de excelência e práticas voltadas para uma produção e um consumo sustentável no cenário global.

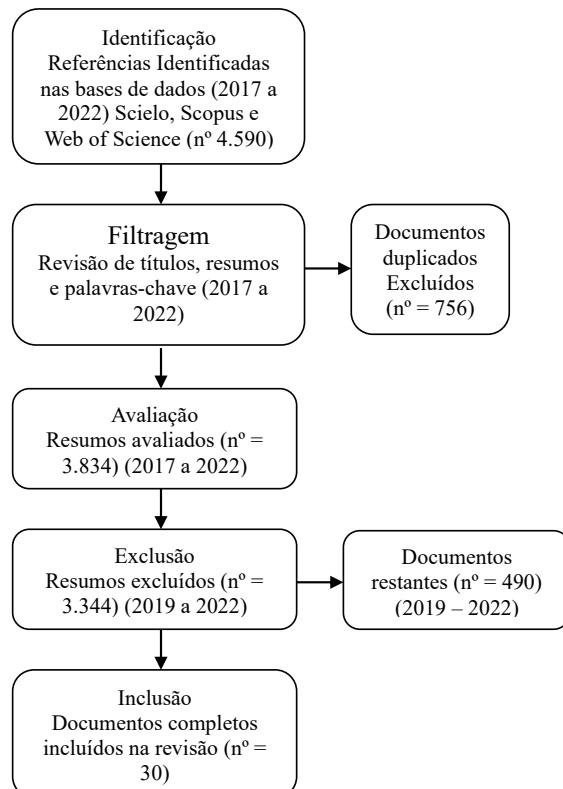
3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A população de pesquisa foi formada por 30 artigos científicos, publicados no período de 2019 a 2022, que atenderam o tema central, agricultura urbana, com destaque para impacto social positivo na vida do produtor.

Os artigos foram baixados da plataforma Cafe, portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas bases Scielo, Scopus e Web of Science.

Para análise de dados foi usada estatística descritiva, respeitando cinco etapas, identificação, filtragem, avaliação, exclusão e inclusão (Figura 1).

Figura 1 - Processo Metodológico de Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 SOBRE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Foram encontrados 21(vinte e um) locais ao redor do globo terrestre, que atribuíram benefícios sociais para a agricultura urbana, quais sejam: África do Sul, Alemanha, Benin, Brasil, Chile, Coréia do Sul, Costa Rica, Cuba, Espanha, Europa Ocidental, América do Norte e América Latina, EUA, França, Índia, Itália, Malásia, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suíça.

As análises ocorreram em 30 (trinta) referências bibliográficas, em sua completude, para catalogar variáveis operacionais ligadas aos benefícios sociais da agricultura urbana oferecidas ao próprio produtor, sendo considerada variável teórica para os testes e análises (Quadro 1).

Quadro 1 – Referências Utilizadas na Revisão Bibliográfica

01	Abdullah, Asif e Sanusi, 2020	11	Houessou, Louw Sonneveld, 2020	21	Russo e Cirella, 2020
02	Aguiar Pedro et al, 2020	12	Jordi-Sumanchez e Deuaz-Aguilar, 2021	22	Sánchez, 2019
03	Artmann, Sartison e D. Ives, 2021	13	Kyoung Hong et al, 2020	23	Silva, Almada e Oliveira, 2019
04	Barata, Albuquerque e Simão, 2019	14	Kyoung Hong et al, 2021	24	Sovová e Krylová, 2019
05	Calvet-Mir e March, 2019	15	Park Jiwon e Miae Jeong, 2020	25	Swierkosz, Śnieżek e Matejak, 2021
06	Cattivelli, 2020	16	Philpott et al, 2020	26	Tharrey et al, 2020
07	Cunha et al, 2020	17	Pinheiro, 2022	27	Vargas, Rivas e Herrera, 2020
08	González-Ball, 2022	18	Plaza Gutierrez et al, 2019	28	Jansen Van Vuuren; Van Averbeke; Slabbert, 2020).
09	Górna e Górnny, 2020	19	Puigdueta et al, 2021	29	Yap, 2019
10	Home e Del Rio, 2020.	20	Rusciano, Civero e Scarpato, 2019	30	Young et al, 2020

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

4.2 AGRICULTURA URBANA: PERFIL DA LITERATURA

Para garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, conforme ODS 12-ONU, no preambulo da agenda 2030 é informado que a nova Agenda busca de forma global fortalecer as capacidades produtivas dos países menos desenvolvidos em todos os setores, inclusive por meio de transformação estrutural.

Á vista disso, a adoção do desenvolvimento sustentável na agricultura é uma forma de alcançar a Agenda 2030 (ONU, 2015), significando a existência de benefícios sociais na atividade, somando-os aos ambientais e econômicos.

Agricultura urbana é um termo amplo, que abrange produção de alimentos nas cidades para consumo próprio e/ou comercial (SOVOVÁ; KRYLOVÁ, 2019). Portanto, é uma alternativa para abastecimento de alimentos, que além de valorizar a propriedade aumenta o orgulho na região, sustenta a estética urbana e a coesão da comunidade (PARK JIWON; MIAE JEONG, 2020).

Para os agricultores, o cultivo de plantas cria lugares que valorizam a participação, sítios de recuperação da vida comunitária, onde moradores instituem função produtiva, sem abandonar suas culturas (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019), espaços de paz mental, pelo contato com a natureza (PHILPOTT et al., 2020), alternativas capazes de apoiar a biodiversidade das cidades (Quadro 2).

Quadro 2 - Revisão do perfil da literatura em 30 referencias

Nº	Referências	Objetivos Principais	Resultados Principais
01	Plaza Gutierrez et al, 2019	Conhecer a diversidade das paisagens de pomares e hortas que margeiam as cidades.	A diversidade encontrada está entre proeminente, modesta e muito escassa.
02	Silva, Almada e Oliveira, 2019	Valorar memória, conhecimento e práticas para agrobiodiversidade	Saberes, sentimentos e práticas aplicadas em áreas urbanas advém da tradição rural, onde são relevantes as trocas simbólicas e a manutenção da agrobiodiversidade.
03	Barata, Albuquerque e Simão, 2019	Compreender a participação em programas para promover da sustentabilidade e gerar capital social.	Reforço às relações sociais, promoção da coesão e inclusão, estreitam laços, favorecem a aquisição de competências, estimulam a cidadania e a participação em outros projetos, cenário favorável à geração de capital social.
04	Calvet-Mir e March, 2019	Caracterizar a evolução das iniciativas proeminentes na cidade de Barcelona.	Expressam significados diferentes e não exclusivos, que explícita ou implicitamente, em um contexto de crise e pós-crise, mobilizam noções de agricultura política.
05	Sovová & Krylová, 2019	Investigar materialização do urbano, representação e prática, em cinco locais de loteamento em Brno, República Tcheca.	A reflexão crítica da perspectiva rural-urbana avança em espaços híbridos, que contribuem para as discussões da dinâmica cidade/campo e superar essa dicotomia pode facilitar a inclusão da agricultura nas cidades contemporâneas.
06	Yap, 2019	Analizar como as dinâmicas de auto-organização moldam e são moldadas pelo desenvolvimento espacial.	A agricultura urbana é uma atividade continuamente negociada, contestada e refeita, devido ao desenvolvimento espacial local.
07	Rusciano, Civero e Scarpato, 2019	Analizar como as áreas urbanas podem ser requalificadas pela prática agrícola.	O conceito de Territory Social Responsibility é pedra angular da redescoberta de valores compartilhados que os stakeholders de um território consolidam.
08	Sánchez, 2019	Debater o papel da agricultura urbana no rearranjo espacial dos sistemas metropolitanos.	Presença significativa nos sistemas urbanos de abastecimento alimentar, mas existe insuficiência no desenvolvimento das políticas públicas territoriais.
09	Kyoung Hong et al, 2020	Propor modelo produtivo e interpretação de métodos tradicionais.	Cultivo de cumeeira e sulco derivado pode ser um sistema eficiente comparado ao cultivo convencional em campos planos, aumentando o valor humanístico da atividade.
10	Tharrey et al, 2020	Avaliar impacto participação e adoção de estilos de vida sustentáveis.	Consciência sanitária e ambiental pré-estabelecida, mas existem barreiras para a participação, como a falta de tempo e de conhecimento.
11	Górna e Górný, 2020	Indicar as características da agricultura urbana contemporânea nas áreas contíguas de Havana.	Distribuição desigual, concentrada em bairros de menor densidade de construção urbana, refletindo disponibilidade de recursos terrestres entre prédios modernistas.
12	Houessou, Louw Sonneveld, 2020	Identificar os principais constrangimentos para a expansão da agricultura urbana em Benin.	Constrangimentos: falta de terra e insegurança da posse; apoio governamental insuficiente; acesso restrito ao Mercado; limitação de fatores produtivos e desigualdades sociais.
13	Vargas, Rivas e Herrera, 2020	Analizar a diversidade de projetos familiares no meio urbano.	Diversidade de projetos com benefícios relacionados ao desenvolvimento pessoal

			dos usuários, economia familiar no meio urbano.
14	Aguiar Pedro et al, 2020	Avaliar o desempenho de hortas comunitárias urbanas e o potencial de implantação em favelas de São Paulo.	Potencial para neutralizar as pressões espaciais em áreas informais, criam espaços verdes, melhoram a qualidade dos alimentos, aumentam a consciência ambiental e garantem qualidade de vida.
15	Cattivelli, 2020	Caracterizar as iniciativas de horticultura no Tirol do Sul, por representação cartográfica	Destaque ao aspecto socioambiental das hortas no meio urbanos e interesse em se reconectar com as práticas alimentares, mesmo quando o acesso aos alimentos não é prioritário.
16	Home e Del Rio, 2020.	Comparar, transculturalmente, agricultores suíços e chilenos, avaliando motivações em diferentes contextos culturais.	Restauração é componente motivacional que recebe o indicativo mais forte, seguido da socialização e da produção de alimentos, que têm estruturas quase idênticas.
17	Philpott et al, 2020	Examinar a variação da riqueza e da composição a partir dos fatores sociodemográficos e da experiência.	O gênero, região de origem, tempo gasto e motivação influenciam a riqueza ou composição das plantas e as mulheres plantam mais espécies do que os homens.
18	Jansen Van Vuuren; Van Averbeke; Slabbert, 2020.	Capturar diversidade na aparência e design em 92 projetos.	Design alimentar anual, medicinal, de segurança com aparência ornamental e reverência ancestral.
19	Cunha et al, 2020	Mapear a agricultura urbana em Salvador, Brasil.	Falta políticas públicas para a agricultura urbana com estratégias à produção de alimentos sustentáveis para a população.
20	Abdullah, Asif e Sanusi, 2020	Demonstrar propagação da agricultura em meio urbano.	Atividade nos quintais e na frente de casas, apesar da limitação de espaço existe motivação e compartilhamento de conhecimentos e colheitas abundantes.
21	Russo e Cirella, 2020	Analizar a segurança alimentar e as cadeias de abastecimento	Impactos positivos para regeneração urbana e bem-estar e os desenvolvimentos no período de pandemia COVID-19 reforçam a segurança alimentar e as cadeias de abastecimento.
22	Young et al, 2020	Relacionar tipo de produção, número de espécies e estresse na restauração autorreferida.	O agricultor por loteamento é associado a níveis mais elevados de restauração em comparação com os agricultores domésticos.
23	Jiwon e Miae Jeong, 2020	Conhecer benefícios físicos e sociais da agricultura urbana, em análise comparada Coréia e no Exterior.	Na Coréia a agricultura é feita em pequenas áreas, telhados, paredes e em becos; já no exterior as áreas são maiores, são fixas e focam na promoção da saúde e redução da desigualdade alimentar. Em ambos existe um efeito positivo à biodiversidade.
24	Swierkosz, Śnieżek2 e Matejak, 2021	Analizar o potencial para soluções baseadas na natureza das hortas em loteamento.	Barreiras institucionais, distribuição irregular de benefícios e deficiência econômica das hortas baseadas em loteamento.
25	Jordi-Sumánchez e Deuaz-Aguilar, 2021	Observar a atribuição de variedade de significados às práticas dos agricultores comunitários.	Os significados extrapolam a dimensão técnico-racional do ato de crescer e redefinem o ato de consumir alimentos, a depender da vinculação com atividades produtivas e sociais.
26	Puigdueta et al, 2021	Analizar o impacto do consumo de horticulturas para mitigação dos gases de efeito estufa.	Redução potencial de até 205,1 kg CO ₂ /ano, por pessoa (12,1%) devido à redução de alimentos de origem animal, sugerindo que as HU podem ser catalisadores sociais ao comportamento pró-ambiental e mitigação de gases de efeito estufa.

27	Artmann, Sartison e D. Ives, 2021	Analizar componente principal para descobrir consciência alimentar	Existe consciência alimentar, preocupação com os impactos ambientais e de consumo como atitude de vida.
28	Kyoung Hong et al, 2021	Buscar planos de manejo sustentável e determinar as tendências na compreensão e uso de plantas companheiras.	Existe produção segura de alimento, preferência para cultivo na cidade, uso dos produtos como alimentos e manejo ecologicamente correto.
29	Pinheiro, 2022	Conhecer a agricultura doméstica urbana com intervenção governamental, a partir da iniciativa popular baseada em mídias sociais.	Movimento social amplo nos grupos do Facebook, na língua vernácula Malayalam, tornaram-se uma plataforma para a popularização da produção doméstica.
30	González-Ball, 2022.	Explorar a diversidade e o conhecimento de plantas medicinais em três bairros urbanos.	A maioria dos produtores com conhecimento sobre espécies de plantas medicinais eram mulheres com idades entre 26 e 85 anos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Os resultados evidenciam características sociais para a atividade, que se enquadram ao objetivo de desenvolvimento sustentável nº12, de garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis. No Brasil, a conscientização vem da memória tradicional, onde os arranjos e os significados de plantar nos quintais vão além do rural/urbano, criando lugares que acionam afetos, memórias e modos de vida entre o rural e urbano (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019).

Em Cascais, Portugal, os espaços são de equidade aos quais a população desfavorecida pode acessar terrenos para a produção de alimentos, avocando papel facilitador das relações, promovendo coesão social e sentido de comunidade (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019).

Na Califórnia/EUA, os espaços agrícolas urbanos são usados para estudos ecológicos, desde 2013. O foco das investigações são as informações de conscientização para padrões de consumo e de produção sustentáveis (PHILPOTT et al., 2020).

Um ponto de interseção entre Suíça e no Chile, em termos do ambiente social, é motivação de contribuir para restauração dos espaços de convivência em função da inclusão de ambientes recreativos (HOME; DEL RIO, 2020). Na Suíça diante do encolhimento do espaço verde, a agricultura urbana reduz desigualdades, fornece alimentos a moradores de status socioeconômico baixo além das questões ecológicas e de saúde pública (YOUNG et al., 2020) promovendo jardins ricos em espécies vegetais.

As motivações e interesses mobilizados na Espanha, na cidade de Málaga, variam, conforme os estilos de vida e faixa etária, criando diversidade de tipologias e de grupos sociais, nos mais de 1000 produtores radicados em 19 parcelas (VARGAS; RIVAS; HERRERA, 2020), traduzindo-se em movimento de consolidação, organização, envolvimento e fortalecimento de parcerias.

Em Sevilha as práticas validam as questões de intercâmbio com a natureza, destacando uma experiência produtiva agradável, na medida em que se concretiza em local fortemente “naturalizado” até mesmo para emprego de soluções forçadas, imaginativas e/ou criativas à recriação da natureza (JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ-AGUILAR, 2021).

Na Espanha a AU gerencia hábitos alimentares, aumenta identidade social, controla comportamentos e conscientiza quanto aos impacto das ações participativas, além de introduzir a alfabetização alimentar (PUIGDUETA et al., 2021). Em Málaga, existe oportunidade para recreação e restauração, são produzidos alimentos seguros oportunizando função social aos diferentes grupos populacionais (VARGAS; RIVAS; HERRERA, 2020) para recuperação de regiões insalubres, dando nova identidade ao espaço urbano.

Os poloneses atendem aos requisitos para o uso de plantas e água, resolvendo problemas urgentes em escala local com inclusão dos pilares ambientais, sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável (SOWIŃSKA-ŚWIERKOSZ; MICHALIK-ŚNIEŻEK; BIESKE-MATEJAK ,2021).

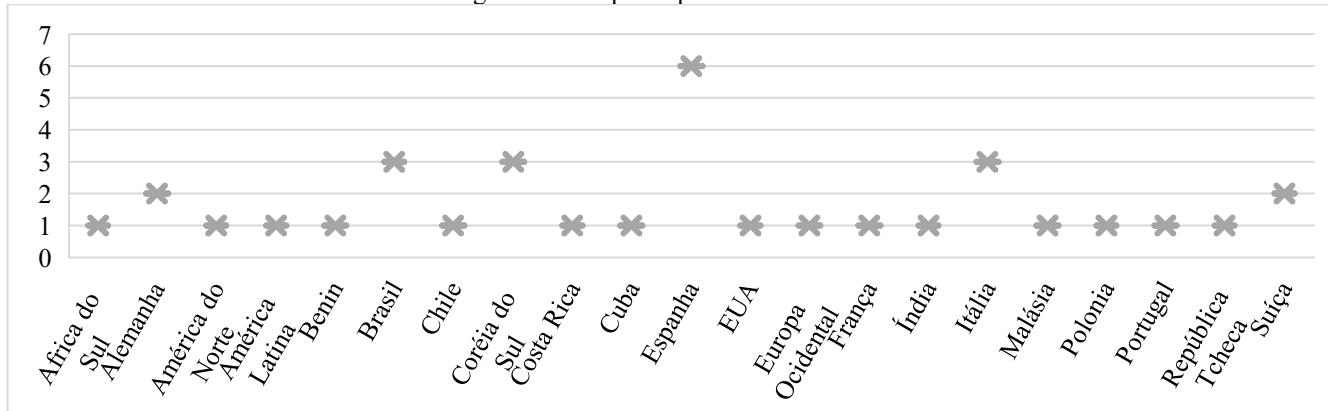
Na Índia, em Kerala, a agricultura urbana é apoiada pelo governo e pela iniciativa popular, baseada em mídias sociais, tornando-se um movimento social amplo (PINHEIRO, 2022). As intervenções governamentais foram fundamentais para moradores urbanos iniciarem hortas caseiras, pois além de reviverem a prática tradicional, os subsídios públicos induzem a um baixo investimento financeiro.

4.3. LOCAIS REFERÊNCIA DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os benefícios sociais foram observados nas 21 áreas catalogadas. Os casos mais relevantes estão na África do Sul, Alemanha, Benin, Brasil, Chile, Coréia do Sul, Costa Rica, Cuba, Espanha, Europa Ocidental, América do Norte e América Latina, EUA, França, Índia, Itália, Malásia, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suíça.

A Espanha apresentou maior quantidade de pesquisas (6). A maioria dos lugares aparecem com apenas (1) referência (África do Sul, América do Norte, Benin, Chile, Costa Rica, Cuba, EUA, Europa Ocidental, França, Índia, Malásia, Polônia, Portugal e República Tcheca). Na Alemanha e na Suíça foram (2) pesquisas e (3) Brasil, Coreia do sul e na Itália (Figura 2).

Figura 2 – Pesquisas por Países/Locais



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Na Malásia os agricultores perceberão a ascensão da psicologia humana. Na Itália, sentem-se os produtores mais integrados socialmente. Em Portugal o destaque é para a saúde mental. Em Málaga, na Espanha o benefício apontado é o fomento a diversidade (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020; CATTIVELLI; 2020; BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019; VARGAS, RIVAS; HERRERA, 2020).

Os benefícios sociais destacado na Suíça e no do Chile foi a atividade recreativa; no Brasil, promoção do conhecimento tradicional; na Índia, a prática dos coletivos sociais; nos Estados Unidos, os agricultores se sentem mentalmente alimentados, o que significa que além do alimento corporal os agricultores destacam saúde mental; em Sevilha, na Espanha, o destaque foi para a qualidade de vida; e, na Suíça, restauração do estresse, que também é realidade nos EUA e na Índia (HOME; DEL RIO, 2020; PHILPOTT, et al., 2020; YOUNG et al., 2020; JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ-AGUILAR, 2021; PINHEIRO; 2022)

Integração social, saúde comunitária, regeneração urbana e segurança alimentar enfatizam o papel social da agricultura urbana para os produtores da Malásia e da Itália, relatam oportunidade de sair de casa para socializar (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020; CATTIVELLI, 2020) em espaços que impactam positivamente no espírito e na mente humana, mitigando os efeitos da depressão (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020).

Na Itália as atividades fortalecem os laços e constroem relações sociais, amenizando a solidão (CATTIVELLI, 2020), elevando a motivação através da consciência de grupo e do sentimento de pertencimento, mesmo que as terras sejam públicas, o cesto de hortícolas é menos importante do que a integração da comunidade que necessita de uma vida mais pausada, desejando de escapar da urbe agitada de Portugal (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019), o interesse mais relatado é da aproximação com a natureza.

No Brasil e no Chile para além da oferta de alimentos de qualidade, os espaços agrícolas são cenários para encontros, conversas, experimentações e brincadeiras, um espaço de convivência (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019; HOME; DEL RIO, 2020). O cultivo na cidade, conecta os seres humanos com a natureza, aumenta o bem-estar individual e melhora a qualidade de vida e a saúde (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019), projetando um ambiente de limpeza e segurança, harmonizando o bairro e reduzindo a criminalidade (CATTIVELLI, 2020), onde os produtores aproveitam as vantagens e o poder de se exercitarem o fazerem algo importante (YOUNG, 2020).

Diante dos relatos, é possível destacar uma perspectiva terapêutica que transforma os locais de produção em ambientes onde as pessoas podem se juntar para se afastarem da pressão da vida quotidiana, considerando-se uma válvula de escape para o estresse que fortalecem os níveis de saúde e bem-estar (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019; CATTIVELLI, 2020)

Sem contar que os alimentos produzidos elevam a segurança alimentar e nutricional por serem mais frescos e sem agrotóxicos. Em Portugal e na Espanha os agricultores concebem seus produtos livres de tratamentos e fertilizantes químicos, uma relação entre alimentação, nutrição, saúde e segurança alimentar (BARATA, ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019; JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ-AGUILAR, 2021).

Os agricultores veem uma oportunidade de adquirir competência para plantar vegetais e conservar plantas medicinais de difícil acesso em mercearias (PHILPOTT et al., 2020), consumir alimentos integrais, recém-colhidos, aperfeiçoando os hábitos alimentares através do consumo de frutas e vegetais (CATTIVELLI, 2020), reorientando o consumo, os agricultores urbanos veem uma oportunidade de fazer atividade física (JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ-AGUILAR, 2021).

A consciência sobre as questões globais influencia comportamentos e promove hábitos de vida compatíveis com os ecossistemas naturais, favorecendo o desenvolvimento sustentável local e a diversidade da composição social (VARGAS; RIVAS; HERRERA, 2020), pois os produtores compreendem as diferenças sociais de etnia, idade e fatores sociais e respeitam a biodiversidade, trabalhando as paisagens urbanas (PHILPOTT et al., 2020), de tal sorte, que preservar os alimentos e as cidades é uma forma de cuidar dos desfavorecidos urbanos e oferecer mais espaços igualitários (YOUNG et al., 2020).

A AU no Brasil contribui para o reconhecimento individual e coletivo da importância sociocultural dos alimentos, facilitando o envolvimento com o sistema alimentar, desenvolvendo o compromisso com práticas sustentáveis, advindas de histórias ancestrais, que acionam saberes, sentimentos e práticas tradicionais (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019).

4.4 VARIÁVEIS OPERACIONAIS: PADRONIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Na catalogação dos artigos de referências foram encontradas 114 variáveis que se traduziam em benefícios sociais, mas em análise comparada dos benefícios sociais, se observou que as mesmas variáveis atribuídas (operacionais) se repetiam em um conjunto de manuscritos com nomenclatura idêntica ou semelhante.

Para criar um padrão de simplificação, as variáveis operacionais foram organizadas em planilha eletrônica, criando-se índices numéricos de 1 a 10, agrupando-as pela afinidade de características, simplificando as 114 variáveis operacionais em apenas 10, que explicam e justificam os benefícios sociais (variável teórica) - (Tabela 1).

Tabela 1 – Benefícios Sociais

Nº	Variáveis Operacionais	Quant.
1	Melhoria na qualidade de vida	16
2	Relações coletivas nos ambientes de realização os projetos	13
3	Inclusão e Empreendedorismo Social	16
4	Estímulo à cidadania	8
5	Segurança Alimentar e Nutricional	13
6	Promoção da Saúde Mental e Física	12
7	Harmonia com a Natureza	13
8	Consciência sobre Desenvolvimento Sustentável.	15
9	Promoção do Conhecimento Tradicional	4
10	Função Educacional	4
Total		114

Fonte: Dados da Pesquisa, (2023)

Benefícios sociais conforme Agenda 2030, são impactos positivos na vida das pessoas, que garantem que consumo e produção responsáveis, capazes de garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis (ONU, 2015), que em consequência representam melhorias, vantagens ou contribuições na vida do agricultor urbano. Concebidos a partir das características descritivas e das motivações das pessoas que administram e executam a atividade nas cidades (PHILPOTT et al., 2020). E, para testá-los foram consideradas as dez características descritivas motivacionais das pessoas que administram e executam a atividade, que mais se repetem, de uma forma ou de outra, nos artigos analisados.

Assim, a melhoria na qualidade de vida foi reconhecida quando os agricultores afirmaram que a atividade interfere na psicologia humana, onde sair de casa para plantar e colher é socializar e integrar-se como expressão de identidade pessoal e social (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020; CATTIVELLI, 2020). Em Brno, República Tcheca são incorporadas características não urbanas às hortas, que aparentam o “campo na cidade” e os agricultores se consideram pacíficos e tranquilos,

contrastando com ambiente urbano anônimo e agitado (SOVOVÁ; KRYLOVÁ, 2019) enquanto impulsiona a evolução da AU na Malásia (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020).

As relações coletivas nos ambientes de realização dos projetos, foi constatada quando os agricultores se sentiam mais integrados socialmente, formando parcerias (CATTIVELLI, 2020), gerando bem-estar social pelo contato com os amigos para conversar, experimentar e brincar no ambiente de trabalho (SILVA, ALMADA E OLIVEIRA, 2019).

As relações coletivas nos ambientes de realização dos projetos destacam-se na facilidade de interação social que reconecta pessoas com a produção de alimentos (SOVOVÁ; KRYLOVÁ, 2019), compartilhando conhecimentos e colheitas, inspirando a continuidade no bairro Mutiara Gombak, Kuala Lumpur, Malásia em tempos de Covid 19 (ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020), levando a transição para a sustentabilidade na cidade de Málaga onde a AU desponta como um fenômeno em evolução, com novos significados à prática (VARGAS; RIVAS; HERRERA, 2020).

Existe inclusão e empreendedorismo social quando os agricultores acessam as mídias sociais, interagindo para compreensão do melhor cenário para evolução da atividade (PINHEIRO, 2022), quando capturaram a diversidade de aparência e design de 92 hortas domésticas urbanas no município de GaRankuwa, cidade de Tshwane, província de Gauteng, África do Sul, onde predomina o cultivo caseiro em assentamentos urbanos pobres (JANSEN VAN VUUREN; VAN AVERBEKE; SLABBERT, 2020).

Nos momentos de crises, onde as demandas políticas radicais trouxeram inovação social, Barcelona tornou-se um laboratório de iniciativas da AU em terrenos baldios, mobilizando demandas radicais ou incorporando uma nova retórica pós-crise (CALVET-MIR; MARCH, 2019), assim, a reconstituição e/ou reforço do tecido social é um contributo, que fortalece os laços comunitários, a reintegração social e trabalhista, inclusive, com campanhas para a gestão sustentável dos espaços (SANCHEZ, 2019).

O estímulo à cidadania, foi constatado pelo fortalecimento das redes sociais, das parcerias e do progresso dos coletivos sociais (JORDI-SUMANCHEZ; DEUAZ-AGUILAR, 2021). Já a segurança alimentar e nutricional, foi observada quando os agricultores afirmaram que a colheita contribui com o esforço de garantir produtos frescos e saudáveis para todos os membros da família (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019; ABDULLAH; ASIF; SANUSI, 2020; VARGAS; RIVAS; HERRERA, 2020), que a produção complementa o consumo de alimentos integrais, recém-colhidos, aumentando os hábitos alimentares positivos e o maior consumo de frutas e vegetais (CATTIVELLI, 2020).

A promoção da saúde mental e física, é iluminada quando os agricultores afirmavam que as conversas afastam a pressão da vida quotidiana, tornando-se uma válvula de escape para o estresse do dia a dia (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019). A harmonia com a natureza, advém do reconhecimento da importância sociocultural dos alimentos, onde existe prazer no contato com a terra e com a natureza, pois ao acompanharem ativamente o crescimento dos produtos ficam felizes, e, muitas vezes, sofrem com a sua “morte” (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019).

A consciência sobre desenvolvimento sustentável foi percebida quando os agricultores se envolviam com o sistema alimentar, criando compromisso com práticas de vida sustentáveis (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019). A promoção do conhecimento tradicional, foi iluminada nas histórias contadas nas rodas de conversas, que revelaram saberes, sentimentos e práticas acionadas em áreas urbanas cuja origem veio da tradição rural (SILVA; ALMADA; OLIVEIRA, 2019).

E, a função educacional foi acionada na aquisição de novas competências para plantar vegetais culturalmente apropriados e cultivar ervas medicinais de difícil acesso em mercearias (PHILPOTT et al., 2020) além do fato de aprenderem a restaurar os espaços de convivência, valorizando a terra (HOME; DEL RIO, 2020).

Os agricultores afirmaram, muitas vezes, que aprenderam a respeitar a biodiversidade e a trabalhar as paisagens urbanas (PHILPOTT et al., 2020) além de exercitarem a preservação e sustentabilidade dos espaços, cuidando dos desfavorecidos urbanos ao oferecerem mais espaços igualitários (YOUNG et al., 2020), significando que a atividade também oportuniza o aprendizado ou introduz alfabetização alimentar (PUIGDUETA et al., 2021).

Em resumo, a evolução da consciência sobre desenvolvimento sustentável ainda é carente de formulações de políticas públicas estratégicas, de inserção da produção de alimentos sustentáveis, essenciais para promover a agrobiodiversidade, beneficiando comunidades e o meio ambiente (CUNHA et al., 2020) um processo de evolução das necessidades ambientais, sociais e econômicas (RUSCIANO; CIVERO; SCARPATO, 2019).

Através das iniciativas públicas e privadas, é possível a adoção de padrões de consumo e de produção sustentáveis (THARREY et al., 2020), tendência mundial para promover melhores práticas (BARATA; ALBUQUERQUE; SIMÃO, 2019), um pontapé à inversão da tendência de degradação social e ambiental dos centros urbanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o ODS 12, de garantir padrões de consumo e de produção, foi constatado que a Agricultura Urbana é uma atividade que gera benefícios sociais aos produtores traduzidos em melhoria

na qualidade de vida, incentivo as relações coletivas dentro dos ambientes de realização dos projetos, inclusão e empreendedorismo social, além de estimular à cidadania, contribue para segurança alimentar e nutricional, promovendo saúde mental e física, harmonia com a natureza, consciência sobre desenvolvimento sustentável, promove o conhecimento tradicional, tendo ainda uma função educacional.

Finalmente, para cumprir o objetivo desta investigação de verificar, por meio da síntese de evidências, se a agricultura urbana é uma atividade que se enquadra ao ODS 12, da Agenda 2030, de consumo e produção responsáveis, capaz de gerar benefícios sociais aos produtores, foi possível perceber o quanto a agricultura urbana oferece de vantagens não somente aos produtores e suas famílias, muito mais que isso, enriquece o ambiente das cidades, pois ao gerar recursos financeiros, os agricultores oferecem ambientes sustentáveis, garantindo padrões de consumo e de produção sustentáveis.

O objetivo desta revisão sistemática foi cumprido, todavia, ficou latente a necessidade de maior intervenção dos Governos para fomento da atividade, pois, a partir dos resultados, encontrados nos 30 artigos de revisão, observou-se que as maiores carências ou necessidades apontadas pelos agricultores poderão ser mitigadas com apoio de políticas públicas de fomento e, principalmente de reconhecimento da importância da agricultura urbana para a segurança alimentar e nutricional das populações das cidades.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, F.; ASIF, N.; SANUSI, N.Z. Jardinagem Urbana Doméstica Empreendimentos Inspiradores Durante a Pandemia de Covid-19 em um Fundo de Área de Habitação de Terraço. **Revista Habitat**, p. 84-89, 2020.

AGUIAR PEDRO, A.; GÖRNER, A.; LINDNER, A.; WENDE, W. More Than Fruits and Vegetable-Community Garden experiências do Norte Global para promover o desenvolvimento verde de áreas informais em São Paulo, Brasil. **Série Pesquisa em Urbanismo**, vol. 6, p. 6. 218-242, 2020. <http://doi.org/10.7480/rius.6.101>

BARATA, S.; ALBUQUERQUE, R.; SIMÃO, J. Capital social e participação nas hortas comunitárias: o caso de Cascais. Methodos. **Revista de Ciencias Sociales**, vol. 7, n. 2, p. 244-260, 2019. <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v7i2.256>

CALVET-MIR, L.; MARCH, H. Iniciativas de jardinagem urbana em crise e pós-crise a partir de uma perspectiva do sul da Europa: O caso de Barcelona. **Estudos Urbanos e Regionais Europeus**, vol. 26, n. 1, p. 26. 97–112, 2019.
<http://doi.org/10.1177/0969776417736098>

CATTIVELLI, V. A Motivação dos Jardins Urbanos em Áreas de Montanha. O caso do Tirol do Sul. **Sustentabilidade**, vol. 12, n. 10, art. 10. 4304., 2020. <http://doi:10.3390/su12104304>.

CUNHA, M.A.; PARAGUASSÚ, L.A.A.; AQUINO ASSIS, J.G.; CARVALHO SILVA, A.B.P.; CARDOSO, R.C.V. Jardinagem urbana e espécies negligenciadas e subutilizadas em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista de Etnobiologia e Etnomedicina**, vol. 16, art. 67, 2020.
<https://doi.org/10.1186/s13002-020-00421-0>

GÓRNA, A.; GÓRNY, K. Agricultura urbana em Havana – evidências de pesquisas empíricas. **Miscellanea Geographica – Estudos Regionais sobre o Desenvolvimento**, vol. 24, n. 2, p. 2. 85-93, 2020. <http://doi.org/10.2478/mgrsd-2020-0012>

HOME, R.; DEL RIO, L.V. Resultados psicossociais como motivações para a jardinagem urbana: uma comparação intercultural de jardineiros suíços e chilenos, silvicultura urbana e amp; Greening Urbano. **Urban Forestry & Urban Greening**, vol. 52, art. 126703, 2020.
<https://doi.org/10.1016/j.ufug.2020.126703>

HOUESSOU, M.D.; VAN DE LOUW, M.; SONNEVELD B.G.J.S. Que Condiciona a Expansão da Agricultura Urbana no Benim? **Sustentabilidade**, vol. 12, n. 14, art. 5774, 2020.
<http://doi.org/10.3390/su12145774>

JANSEN VAN VUUREN, M.; VAN AVERBEKE, W. B.; SLABBERT, M. M. Urban home garden design in Ga-Rankuwa, City of Tshwane, South Africa. **Acta horticulturae**, n. 1279, p. 117–124, 2020.

JORDI-SÁNCHEZ, M.; DÍAZ-AGUILAR, A. L. Constructing organic food through urban agriculture, community gardens in Seville. **Sustainability**, 13(8), 4091. 2021.
<https://doi.org/10.3390/su13084091>

KYOUNG HONG, I.; YUN, H.K.; OLIVEIRA, Y.; LEE, S.M.; JUNG, Y.-B.; LEE, M.R. Um Estudo sobre a Utilização do Projeto de Jardins Urbanos Derivado do Método Agrícola Tradicional Gyeonjongbeop do Período Joseon: Focado em Imwongyeongjeji Bolliji. **Revista de Pessoas Plantas e Meio Ambiente**, vol. 23, n. 4, p. 423-432, 2021. <https://doi.org/10.11628/ksppe.2020.23.4.423>"

MADALENO, I. M. **As cidades das mangueiras**: agricultura urbana em Belém do Pará, editora: fundação calouste gulbenkian 2002, fundação para a ciência e a tecnologia – Portugal. isbn-10: 9723109514isbn-13: 978-9723109511

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasil. 2015. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimentosustent%C3%A1vel>

PARK, J.; JEONG, M. Analysis on the types of benefits of gardens in urban areas: Comparison of Korea and overseas cases. **Journal of People, Plants, and Environment**, v. 23, n. 6, p. 667–681, 2020.

PHILPOTT, S.M., EGERER, M.H.; BICHIER, P.; COHEN, H.; COHEN, R.; LIERE, H.; JHA, S.; LIN, B.B. A demografia, a experiência e as motivações dos jardineiros impulsionam as diferenças na riqueza e composição de espécies de plantas em jardins urbanos. **Ecologia e Sociedade**, vol. 25, n. 4, art. 8, 2020. <https://doi.org/10.5751/ES-11666-250408>

PINHEIRO, A. Movimento de jardinagem domiciliar urbana em Kerala Papel dos coletivos de mídia social. **LEISA India Magazine**, vol. 18, págs. 1-11, 2022.

PLAZA GUTIERREZ, J. I.; HERRERO LUQUE, D.; MARTÍNEZ ARNÁIZ, M.; BARAJA RODRÍGUEZ, E. Paisaje de huertas periurbanas y ciudad: algunos ejemplos de Castilla y León. **Cuadernos geográficos**, 58(2), 2019. <https://doi.org/10.30827/cuadgeo.v58i2.7431>

PUIGDUETA, I.; AGUILERA, E.; CRUZE, J.L.; IGLESIAS, A.; SANZ-COBENA, A. A agricultura urbana pode mudar o consumo de alimentos para dietas de baixo carbono. **Segurança Alimentar Global**, vol. 28, art. 28. 100507, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100507>

RUSCIANO, V.; CIVERO, G & SCARPATO, D. Jardins Urbanos na Cidade de Nápoles: Uma Análise Empírica. **Qualidade – Acesso ao Sucesso**, vol. 19, n. S1, p. 436-451, 2019.

RUSSO, A.; CIRELLA, G.T. Infraestrutura Verde Comestível para Regeneração Urbana e Segurança Alimentar: Estudos de Caso da Região da Campânia. **Agricultura**, vol. 10, n. 8, art. 358, 2020. <http://doi.org/10.3390/agriculture10080358>

SÁNCHEZ, H.A. Agricultura urbana e periurbana: reconfigurações territoriais e potencialidades em torno dos sistemas alimentares urbanos. **Investigaciones Geográficas UNAM**, vol. 98, pág. 2448-7279, 2019. <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59785>

SILVA, Y.V.L.; ALMADA, E.D.; OLIVEIRA, M.L.R. Remembering the countryside, knowing the city: symbolic exchanges in the gardens of Ibirite (pp. 226–240), 2019. **Revista Geográfica Venezolana**.

SOVOVÁ, L.; KRYLOVÁ, R. O campo na cidade? Dinâmica rural-urbana em jardins de loteamento em Brno, República Tcheca. **Relatórios Geográficos da Morávia**, vol. 27, n. 2, p. 2. 108–121, 2019. Disponível em: <http://doi:10.2478/mgr-2019-0009>

SOWIŃSKA-ŚWIERKOSZ, B.; MICHALIK-ŚNIEŻEK, M.; BIESKE-MATEJAK, A., Os jardins de loteamento (AGs) podem ser considerados um exemplo de soluções baseadas na natureza (NBS) baseadas no uso de infraestrutura verde histórica? **Sustentabilidade**, vol. 13, n. 2, art. 13, art. 835, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13020835>

THARREY, T.; OLIVEIRA, A.; PÉRIGNON, M.; SIMÃO, C.; MEJEAN, C.; LITT, J.; DARMON, N. Melhorando a sustentabilidade dos estilos de vida através da jardinagem comunitária: resultados e lições aprendidas com o estudo quase-experimental dos Jardins. **BMC Saúde Pública**, vol. 20, arte. 1798, 2020. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-09836-6>

VARGAS, R.L.; RIVAS, J.J.N.; HERRERA, D.C. As hortas urbanas como estratégia de transição urbana para a sustentabilidade na cidade de Málaga. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, vol. 86, p. 86. 1-55, 2020. <https://doi.org/10.21138/bage.2972>

YAP, C. Auto-organização em Hortas Comunitárias Urbanas: Autogestão, Motivações e o Papel da Comunicação. **Sustentabilidade**, vol. 11, n. 9, art. 11, art. 2659, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11092659>

YOUNG, C.; HOFMANN, M.; FREY, D.; MORETTI, M.; BAUER, N. Psychological restoration in urban gardens related to garden type, biodiversity and garden-related stress. **Landscape and Urban Planning**, 198(103777), 103777. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103777>